

PENSANDO A HISTÓRIA MOÇAMBICANA: EXPERIÊNCIAS DE DESLOCAMENTO E REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS

THINKING MOZAMBIKAN HISTORY: DISPLACEMENT EXPERIENCES AND LITERARY REPRESENTATIONS

Fernanda GALLO

fedoca_gallo@hotmail.com

Pós-doutoranda em Teoria e História Literária

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/4916988090591403>

RESUMO

O presente artigo indica a possibilidade de se pensar a história de Moçambique através das dinâmicas de deslocamento na província central de Tete, enfocando em dois principais elementos: O romance *As duas sombras do rio* (2003) do historiador e escritor moçambicano João Paulo Borges Coelho e as trajetórias de vida da Senhora Amélia (vila de Songo) e do Senhor Francisco (vila do Zóbuè) entrevistados durante pesquisa de campo, somado a algumas fontes documentais. Argumenta-se que o diálogo entre as trajetórias de vida e o romance (que também apresenta personagens reais) são narrativas indicadoras de que, apesar da persistência dos deslocamentos forçados resultantes da guerra de libertação (1964-1974), da guerra civil (1976-1992), dos projetos políticos de reordenamento (aldeamentos coloniais, aldeias comunais e os atuais reassentamentos), parte da população de Tete se deslocou por conta própria motivada por situações diversas, incluindo religião e espiritualidade, conforme aponta este texto.

PALAVRAS CHAVE: Deslocamento; Narrativas; Literatura; Tete.

ABSTRACT

The present article indicates the possibility of thinking the history of Mozambique through the dynamics of displacement in the central province of Tete by means of two main elements: the novel *As Duas sombras do Rio* (2003) by the Mozambican historian and writer João Paulo Borges Coelho and the life trajectories of Mrs. Amélia (Songo village) and Mr. Francisco (Zóbuè, border with Malawi) interviewed during a field survey conducted in 2014, in addition to documentary sources collected in different archives. It is argued that the dialogue between life trajectories and the novel (which also shows real characters) are narratives that indicate that despite the persistence of forced displacements resulting from the war of liberation (1964-1974), the civil war (1976-1992), political resettlement projects (colonial settlements, communal villages and the current resettlements by miners such as Vale), part of Tete's population moved on its own, motivated by diverse situations, including religion and spirituality, as this text points out.

KEYWORDS: Displacement; Narratives; Literature; Tete.



INTRODUÇÃO AOS DESLOCAMENTOS NA HISTÓRIA DE TETE ¹

O vale do Zambeze, onde se localiza a província central de Tete em Moçambique, possui uma teia de rios e de gentes extremamente dinâmicos. Os períodos de intensa seca e de intensa cheia modelam as águas, transformam os bancos de areia, tecem histórias, permitindo ou impedindo trechos de navegação. O próprio rio Zambeze, acesso natural da costa Índica ao interior do continente africano, possibilitou encontros entre diferentes grupos *bantus* com árabes vindos do golfo pérsico e com europeus interessados no comércio de marfim, ouro e escravizados, resultando em um cenário de intensa mobilidade, forçada ou não, visível até os dias atuais em Tete.

Apenas para citar um exemplo da intensa e histórica mobilidade entre povos da região, indicamos a área localizada ao norte do rio Zambeze povoada por um segmento de grupos da linhagem dominante do clã *Phiri* que, entre 1200-1400, emigrara de Luba, no Congo, e se dissipara devido a disputas por poder nas unidades políticas de Kalonga, no lago do Niassa, Lundo, no vale do Shire e Undi. Acordos sociais como absorção de cultos e casamentos entre clãs fizeram com que o Estado Undi estabelecesse sua hegemonia entre os povos *Cheua* e *Nsenga*, dando continuidade ao comércio com os *Swahili* através da rota Chire-Mossuril, ao menos até a metade do século XVII, período em que o domínio comercial do marfim e de escravizados se alternou para os reinos *Macua* (Cabo Delgado, Ilha de Moçambique e Zanzibar) e Yao (Niassa). (COELHO, 1993)

A partir de movimentações como as indicadas acima, Kopytoff (1987) pontua que o continente africano pode ser pensado através da chave das fronteiras e dos deslocamentos, entendendo a fronteira enquanto uma categoria política definida pelas próprias sociedades e não algo externo a elas. Ou seja, a ocupação dos territórios não teria ocorrido apenas pela disponibilidade de um espaço supostamente vazio, sendo o processo de ocupação de fronteiras iniciado a partir dos povos neolíticos na região subsaariana. Essa visão produz uma dimensão histórica da mobilidade no continente bem anterior à presença colonial europeia e conclama à importância de uma história pouco abordada pelos manuais escolares. Nesta direção, importa situar que até as chamadas “guerras de pacificação” - promovidas pelas potências colonizadoras em fins do século XIX - a presença europeia em Moçambique era pontual e restrita às fortalezas de Sofala

¹ Artigo resultante de pesquisa financiada com bolsa FAPESP (processo 2018/04573-9)

(1505) e Ilha de Moçambique (1507) e às feitorias de Sena (1530) e Quelimane (1544). Portanto, vale enfatizar que os deslocamentos indicam uma história muito anterior a chegada dos brancos.

Outro elemento importante a ressaltar sobre a história moçambicana incide no fato de que, até o século XX, devido a esta esparsa presença de Portugal na região, se desenvolveram uma série de instituições políticas e sociais como os Estados Secundários (PELLISSIER, 2000) ou Estados Militares (NEWITT, 1997) caracterizadas pelo poder das chamadas famílias *Muzungus* ou afro-portuguesas. Tais famílias, apesar de responderem oficialmente à Portugal, pouca lealdade tinham com o distante país e, de forma estratégica, criavam relações locais que resultaram em um singular arranjo social, bem representado no romance *Choriro* (2009) de Ungulani Ba Ka Khosa. A obra discorre sobre estas complexas relações estabelecidas entre estrangeiros, especialmente vindos de Goa, e povos locais, antes da ocupação colonial na região do Zambeze através de um personagem português chamado Luís Antonio Gregódio, denominado “branco-preto” que, após se aculturar às terras e as gentes ao norte do rio Zambeze, foi rebatizado como *Mambo Nhabezi*, ou rei curandeiro. Respeitado por abrigar diferentes grupos étnicos, o português, que ironicamente achava o mar traiçoeiro e “preferia a terra com os seus sinais sempre à mão.” (KHOSA, 2009: 129) acreditava que sua alma pudesse se transformar no espírito Mphondoro durante o *Choriro* - luto de três dias pelo falecimento de um soberano local - o que lhe permitiria continuar vivo na memória e no convívio da terra que Gregódio considerava seu verdadeiro lar.

Choriro, assim como *As duas sombras do Rio* de João Paulo Borges Coelho, exemplificam o que Linda Hutcheon (1991) chamou de metaficção historiográfica, ou seja, textos literários que se apropriam de acontecimentos e personagens históricos de forma auto-reflexiva e questionam as supostas “verdades históricas”. E falando em “Deslimites da História”, Ribeiro Texeira (2014) localiza Ba Ka Khosa enquanto “narrador-professor-guia” das margens do rio Zambeze concluindo que em *Choriro* “somos apresentados a uma confluência de vozes que concorre no sentido de tecer um discurso da verdade outra, inesperada, marginal” (TEXEIRA, 2014:8). Até mesmo o desejo de Gregódio em se transmutar no *Mphondoro* nos é colocado como uma estratégia para continuar vivo frente a uma história seletiva, já que, como o próprio personagem confirma “a nossa memória será encaixotada em palavras que não comportarão os anos da nossa glória. Os que mais mortes e guerras provocarem serão os mais lembrados” (KHOSA, 2009:122). Deste modo, argumentamos que a força problematizadora do passado nos projetos literários de escritores como Ungulani Ba Ka

Khosa e João Paulo Borges Coelho estremecem as certezas e ampliam as possibilidades do discurso historiográfico que, especialmente em Moçambique, continua em disputa. (COELHO, 2015).

Voltando às dinâmicas de deslocamento do chamado complexo zambeziano - aqui percebidas como um elemento fundamental para se entender a história da região - elas foram intensificadas em fins do século XVIII com o avanço da escravização e devido as disputas entre Estados. Já no século XIX as razias promovidas pelos povos *Nguni*, vindos do sul, criaram grandes vazios demográficos em Tete. Contudo, foi a partir da efetiva ocupação portuguesa no início do século XX que os deslocamentos se tornaram alvo de ação política por meio de dois principais processos: O controle sobre os deslocamentos da população categorizada como *indígena* e o crescimento dos deslocamentos empreendidos pela própria população devido a usurpação de suas terras e também como estratégia para escapar do pagamento de impostos e do *chibalo*, o trabalho forçado que durou até 1961. (ZAMPARONI, 2007). Enquanto política de deslocamento forçado, ou reordenamento territorial, ressalta-se também os aldeamentos coloniais que forçaram as pessoas a se aldearem em locais escolhidos pelos administradores portugueses, especialmente na década de 1960 até 1974, como forma de impedir o avanço da guerra de libertação, iniciada em 1962 pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Em Tete, calcula-se que no mínimo 50% da população tenha sido deslocada para 250 aldeamentos (COELHO, 1993). Através da reordenação do habitat tradicional disperso, esses espaços extremamente militarizados e arquitetonicamente geométricos ofertavam um “desenvolvimento comunitário” a fim de “conquistar a adesão das populações” para o lado português da guerra de independência (1964-1974), dificultando o apoio aos nacionalistas da FRELIMO. (GALLO, 2016).

Após a independência (1975) - e seguindo as diretrizes marxista-leninistas incorporadas pela Frelimo, então transformada em partido único - o modelo de socialização do campo foi empregado nas chamadas aldeias comunais, retilinearmente organizadas em talhões residenciais tal qual os aldeamentos portugueses. A proposta do governo socialista visava que o trabalho coletivo e as organizações sociais das aldeias comunais promoveriam o “Homem Novo Moçambicano” que, munido de um “socialismo científico”, abandonaria elementos considerados retrógrados, como o modo de vida disperso, a poligamia, o curandeirismo e a produção familiar não produtora de excedentes (CASAL, 1996). Em Tete, calcula-se que 10% da população tenha vivido em aldeias comunais (COELHO, 1993). Outro contexto que impulsionou drasticamente o deslocamento não

voluntário na região, e em todo país, foi a guerra civil travada entre a Frelimo e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), e que motivou a publicação da primeira obra literária do historiador João Paulo Borges Coelho, a ser analisada neste texto. Em Tete, a guerra se fez sentir a partir de guerrilheiros baseados na Serra de Gorongosa, província de Manica. De sua base central, os guerrilheiros poderiam acessar o Malauí seguindo o rio Chire através de Mutarara e formar novas bases pelo caminho, como a base de Chigowa. Em junho de 1982, intensificaram-se as emboscadas na estrada entre Chimoio (capital de Manica) e Tete, causando muita destruição.

Nos dias atuais, mais uma vez, milhares de famílias de Tete são novamente obrigadas a deixar seu habitat para viver nos reassentamentos dos megaprojetos de exploração de carvão, cujos traços arquitetônicos e promessas de melhora na qualidade de vida podem, facilmente, ser confundidos com os projetos de deslocamento do colonialismo e do socialismo moçambicano. O reassentamento do Cateme, por exemplo, construído pela mineradora Vale na zona rural de Moatize, em 2009, e que deslocou 700 famílias, já foi um aldeamento colonial (GALLO, 2017)².

Os dados apresentados até aqui indicam a persistência de projetos de deslocamento não voluntários em Tete e, entendendo tanto a historiografia quanto a literatura como narrativas produtoras de sentidos, esse texto propõe um diálogo entre o romance *As duas sombras do Rio* (2003) de João Paulo Borges Coelho (JPBC) que aborda os deslocamentos gerados pela guerra civil, juntamente com as trajetórias de deslocamento de dois habitantes de Tete: a vivenciada pelo Senhor Francisco na vila do Zóbuè, entorno de missões religiosas desde o período colonial e a trajetória da Senhora Amélia da vila do Songo, deslocada devido a atuação de espíritos locais. Buscando problematizar a história moçambicana – que continua fortemente atrelada a um discurso oficial que privilegia os grandes feitos da libertação como versão única do passado – neste texto, optou-se por focar nas experiências de deslocamentos de pessoas comuns, como aquelas entrevistadas durante a pesquisa, e nas representações de tais experiências no romance escolhido³,

² Moatize é uma vila mineira localizada a 25km da capital da província, também chamada Tete. A jazida de carvão mineral de Moatize é uma das maiores do mundo. Para se ter ideia da exploração e suas consequências ver o Relatório “What is a House without Food?” Mozambique’s Coal Mining Boom and Resettlements”. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/mozambique0513 Upload 0.pdf> Último acesso 14/05/2019

³ Durante da pesquisa de campo feita em 2014 percorri a província de Tete realizando entrevistas no distrito de Changara (sede e as aldeias Cancune e Chicomphende), no distrito Moatize (Zóbuè, Vila de Moatize - bairro 25 de setembro e Cateme), no distrito de Cahora Bassa (Vila do Songo) e na cidade de Tete. Sendo que esse texto enfoca apenas as experiências do Zóbuè e do Songo. Além da pesquisa de campo, realizei pesquisa no Arquivo Histórico de

argumentando que, apesar da persistência dos deslocamentos forçados na região, também os projetos pessoais devem ser considerados como parte integrante da história nacional.

Vale mencionar que este texto propõe um diálogo interdisciplinar entre literatura, história e antropologia mesclando dados analisados na minha tese de doutorado em antropologia social *Andando à procura dessa vida: dinâmicas de deslocamento na província de Tete-Moçambique, do colonialismo tardio à mineradora Vale* (UNICAMP, 2017) que versou sobre as continuidades de projetos políticos de reordenação populacional e meu atual projeto de Pós-Doutorado em Teoria Literária “João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa: diálogos entre literatura e narrativa histórica em Moçambique” (UNICAMP) que indica as possibilidades da dilatação histórica nos projetos literários destes dois autores.

DESLOCAMENTO ENTORNO DA MISSÃO CATÓLICA DA VILA DO ZÓBUÈ, TETE

Entusiasmada pela possibilidade de dormir sem ter que regar o lençol para “refrescar” o leito, aceitei o convite do Padre Felipe para conhecer o Zóbuè. “Lá é fresco e verde” soou quase como profecia divina. Padre Felipe sai todo sábado cedinho da escola profissional de Matundo, onde vive com outros padres salesianos, e percorre a Estrada Nacional que liga Moatize ao Zóbuè, Moçambique ao Malaui. A carroceria de sua caminhonete, sempre preparada com colchões para dar *boleia*, abrigou eu e mais duas jovens que visitariam a família. Desde o rapto das irmãs da Congregação São José de Goromim pela Renamo, em 1987, a missão ficou abandonada e Padre Felipe se encarrega das missas do fim de semana, de visitar doentes e orar pelos mortos no cemitério e, a mais esperada das atividades: a projeção de desenhos animados na parede da missão, carcomida pelo tempo e pelas memórias. Sem luz, sem água, sem móveis e com grandes portas de madeira que rangem com o vento fresco da noite, a missão, localizada na beira da estrada e de frente para um monte considerado sagrado para a população *Nyanja* que lá vive, é mesmo desconcertante.

Diário de campo, 14 de novembro de 2014.

A pequena vila do Zóbuè faz divisa com o Malaui e ainda que esteja a menos de 100 km da vila carbonífera de Moatize, é significativamente diferente. A poeira das minas de carvão dá lugar a uma vegetação verde, fazendo despontar a produção de frutas e hortaliças que são plantadas e vendidas nos dois lados da fronteira. As mangueiras e as montanhas estão em todos os lugares, assim como belos ipês vermelhos. Homens, e especialmente as mulheres, trajam roupas de cetim

Moçambique (Maputo), no arquivo do antigo Gabinete do Plano do Zambeze (Tete), no Instituto de Patrimônio Histórico (Tete), no Arquivo da Torre do Tombo (Lisboa) e no Centro de Documentação Amílcar Cabral (Lisboa).

comum nos corais das igrejas protestantes existentes na região do Malaui e falam *Ci-Nyanja*. O Zóbuè é uma vila onde as fronteiras nacionais parecem se dissipar no vai e vem de gentes e produtos. Não por acaso, o Malaui foi rota de deslocamento de milhares de pessoas em diferentes momentos históricos. Logo após o fim da guerra civil, entre 1992-1994, um total de 1.285.000 pessoas foram repatriadas do Malaui para Moçambique e muitos outros acabaram permanecendo no familiar vizinho. (UNHCR, 2000)⁴.

O romance *As duas Sombras do Rio* (2003), de João Paulo Borges Coelho, constrói uma representação ficcional exatamente no contexto da guerra civil no qual a população dos arredores da vila do Zumbo, após ser atacada, se desloca para o país vizinho, a Zâmbia. A trama explora os dois grandes complexos culturais de Moçambique que são geograficamente divididos pelo rio Zambeze: o norte matrilinear simbolizado pela cobra e o sul patrilinear simbolizado pelo leão, e discorre sobre os muitos dilemas pessoais vivenciados pelos deslocados durante a guerra. Além disso, o texto recua a um passado distante elaborando um constante movimento tanto de pessoas, quanto do próprio tempo. A presença de certas práticas do passado é problematizada na obra, especialmente através de personagens como Mama Mére, uma comerciante congoleza que junto com seus cúmplices Million (superintendente do Parque Nacional do Baixo Zambeze), e os caçadores Suzé Mantia, João Bonifácio João e Aniceto Willian traficam marfim conduzindo o leitor a recuar até a antiga feira do Zumbo onde o comércio de ouro, de marfim e de gentes, atraiu mercenários e obrigou milhares de pessoas a deixarem suas casas desde o século XVIII.

Mas o que parece interessar ao autor é mostrar as possibilidades existentes entre os muitos destinos de seus personagens, alguns deles baseados em pessoas reais com quem Borges Coelho se deparou durante pesquisa de campo na região do Zumbo, como Leônidas Ntsato que declarou ao pesquisador ter acordado em uma ilha no meio do rio sem saber quem era, situação recorrente e identificada por especialistas como trauma de guerra, ou então Susé Mantia, homenageado pelo autor ao receber o prêmio Leya ou ainda Joaquina M'boa, uma curandeira com quem Borges Coelho se consultou e lhe contou a história de Kanyemba, um poderoso *muzungu* que dominou a região no contexto das famílias afro-goesas. Sobre a consulta/entrevista, Borges Coelho descreve que a curandeira incorporou Kanyemba e relatou parte de sua vida enquanto líder,

⁴ Ver: <http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home/opendocPDFViewer.html?docid=3ae6a0ca4&query=mozambique>. Acessado em 15/06/2015.

incluindo os encontros com os diferentes administradores locais da região e que foram confirmados pelo historiador, como mencionado em outra ocasião (Gallo, 2018). Diante desta experiência singular, o então cientista concluiu: “Há ali uma memória que escapa ao crivo do poder, da academia, mas que funciona”. (WIESER, 2016, p.152)

Michel Pollak (1989) chama atenção sobre memórias subterrâneas, marginalizadas e silenciadas, aquelas memórias “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível” (Pollak, 1989: 3 e 15) e este parece ser o caso do Senhor Francisco, que entrevistei na vila do Zóbue, em 2014, cuja história se confunde com a história da própria paróquia e acena para o deslocamento através das antigas missões em Moçambique. Durante nossa conversa, o senhor de 65 anos foleou antigos livros da igreja repletos de datas e nomes que ele mesmo se encarregou de registrar ao longo dos últimos 20 anos em que trabalha como secretário da paróquia. Foi assim, munido de sua memória e suas próprias fontes que Sr. Francisco construiu sua narrativa histórica, notadamente interligada a história da própria igreja no país.

A presença da igreja católica na província de Tete é antiga e tem íntima relação com a necessidade portuguesa de se fazer presente no vale do Zambeze e, mais especificamente, na corrida do ouro do Império de Monomotapa. Eusébio Pedro (2013) lembra que, em 1560, D. Gonçalo da Silveira, após ter aberto a primeira Missão da Companhia de Jesus em Moçambique e na África Oriental no território dos *Tonga*, avançou rumo ao poderoso reino do Monomotapa. Silveira foi morto em 1561 e, em 1563, os dominicanos fundaram a paróquia de São Tiago Maior de Tete, batizando o próprio Monomotapa, em maio de 1569 (PEDRO, 2013). Não foram poucos os missionários que, embrenhados no interior de Sena, Tete e Zambézia, se dedicaram aos negócios de escravos, do ouro e do marfim.

Após os acordos de Berlim, em 1885, os missionários se fizeram mais presentes em uma clara relação entre ocupação territorial e conversão religiosa. Em 1889 chegaram a Moçambique os Padres Brancos, um ano mais tarde chegaram as irmãs de São José de Cluny e, em 1897, as irmãs Franciscanas Missionárias de Maria (FMM), seguidas dos Padres Franciscanos (PEDRO, 2013). Na província de Tete a missão responsável pela evangelização e educação de significativa parcela da população foi a Missão de Boroma, cerca de 30 Km da cidade de Tete. Criada em 1885, Boroma ficou sob os cuidados dos jesuítas até 1910, quando estes foram expulsos pelo regime republicano recém-instaurado em Portugal. Em 1942, a missão foi retomada pelos jesuítas que reabilitaram a missão

construindo escola, oficina de artes e ofícios, internato e hospital. Em outubro de 1967, Boroma foi entregue aos padres Combonianos e os Jesuítas que lá estavam passaram a se ocupar da Missão de Nossa Senhora da Conceição do Zóbuè (1966-1978) em substituição dos Padres Brancos, acusados de colaborar com os nacionalistas da Frelimo. Nessa paisagem, as missões católicas, enquanto um sustentáculo do colonialismo, deveriam agir em prol da administração portuguesa catequizando, controlando e vigiando as populações. As missões em zonas fronteiriças, como aquelas localizadas no distrito de Angónia, fronteira com o Malawi, por exemplo, deveriam combater e denunciar qualquer menção de apoio aos nacionalistas do *Malawi Congress Party*, além de combater o avanço das igrejas protestantes muito ativas na região, até hoje. Lembrando que especialmente as missões não portuguesas tiveram um papel relevante no contexto colonial moçambicano. Tereza Cruz e Silva (1998) afirma que a missão suíça no sul de Moçambique, presente no país desde 1880, deu um contributo fundamental à formação da consciência política de seus frequentadores.

É fato que as missões incitaram os movimentos de estudantes, professores e missionários nos mais diferentes âmbitos. Nosso interlocutor, o Senhor Francisco, é um notável exemplo nesse sentido. Senhor Francisco contou ser natural da localidade de Mugunda e, logo em seguida, rememorou o rapto das irmãs da Congregação São José de Goromim que ocorreu na sua localidade durante a guerra civil. A escolha desse evento como um dos principais assuntos elencados por ele ao falar de sua própria vida é marcante, pois foi a partir do rapto que a paróquia Nossa Senhora da Conceição do Zóbuè, caiu no ostracismo. Desde então, a paróquia não tem um padre fixo, o que entristece a ele e a comunidade, afinal “a missão de Zóbuè já foi muito frequentada”⁵. Ou seja, a guerra entre Frelimo e Renamo continua marcando profundamente a história da Missão e da comunidade entrelaçada a ela.

Em diálogo com trajetórias como a do Senhor Francisco, Pina Cabral (2005) pontua que obras como o romance *As duas Sombras do Rio* (2003) ao retratarem a dureza da guerra, indicam a crise de fraternidade estabelecida em “momentos de vida ou de morte em que os laços criados entre pessoas pela pertença comum são irrevogavelmente negados ou reforçados de forma sublime” (CABRAL, 2005, p.237). A complexidade de tematizar este evento histórico é desafiador pois, além de traumático, segundo Borges Coelho (2019), a guerra civil teria abalado a ideia de nação

⁵ Entrevista realizada em 14/11/2014 na paróquia do Zóbuè.

indivisível endossada pela Frelimo desde a independência em uma espécie de *script* da libertação, no qual uma versão única da história foi sendo alimentada enquanto projeto de verdade. Neste caso, argumentamos que a literatura se apresenta como um espaço importante para tratar de temas de difícil aceitação social, como a guerra civil em Moçambique. Analisando a questão do feminino em *As duas sombras do Rio*, Nazir Can (2013) aponta nesta direção ao afirmar que: “Através da massificação de elementos simbólicos que se dividem e se multiplicam em cascata, o autor elabora uma espécie de resposta ao afã totalizador das leituras sobre a guerra, seja historiográficas, seja literárias” (Can, 2013: 78) Ou seja, o romance oferece ao leitor uma visão menos macro política do evento histórico da guerra enfocando nos destinos possíveis de cada um de seus muitos personagens. Indicando que a história deve ser múltipla, os destinos de seus personagens são geralmente contraditórios e de duplo sentido, conforme indicou Can ao analisar a enfermeira Inês, sequestrada pela Renamo e transformada em prisioneira e amante do chefe Salamanca e condicionada pelo binômio sobrevivência/ adaptação de seu algoz/amante. (*Idem*, p. 85). Ou seja, os laços formulados em crises de fraternidade podem ser reforçados, negados ou até mesmo silenciados pela produção acadêmica constrangida a não focar neste delicado assunto.

A vida do senhor Francisco, um sobrevivente da guerra, é fortemente marcada pela relação estabelecida com os religiosos e pelos deslocamentos atrelados, em grande parte, às missões católicas. Quando jovem, entre 1956-1958, ele estudou no seminário de Mugunda e depois trabalhou para os Padres Brancos suíços, como *muleque*⁶, servindo mesa e realizando afazeres domésticos, até 1962. Após o trabalho com os padres o jovem Francisco partiu para, segundo suas palavras “tentar a vida” em Chimoio, na altura chamada de Vila Pery, capital da província vizinha de Manica. Assim como grande parte dos habitantes do sul moçambicano tinham como costume passar um período trabalhando nas minas da África do Sul, os habitantes de Tete se espalhavam por regiões como Manica e, sobretudo, a vizinha Sofala, cuja capital, Beira, apresentava mais oportunidades de trabalho. O dinheiro conseguido em outras terras, em geral, era guardado para pagar o dote do casamento, o chamado lobolo. Esse deve ter sido o caso do senhor Francisco, pois, como nos contou, ele permaneceu cerca de um ano trabalhando na *machamba* (roça) de um “branco suíço”, em Manica, e retornou ao Zóbuè para “formar família”. Sua “primeira sorte” (primeiro filho) chegou em 1966 e, logo depois, “começou a guerra contra os portugueses e muitos dos seminaristas deixaram

⁶ Categoria usada no período colonial para identificar os empregados domésticos negros, independente da faixa etária.

o seminário e iam para a Tanzânia”. De fato, muitos seminaristas aderiram a luta pela independência e se juntavam a Frelimo se deslocando para suas bases na Tanzânia. Por desconfiarem da ajuda dos padres estrangeiros na causa da libertação colonial, muitos deles foram expulsos do país.

Senhor Francisco disse não se lembrar se recebeu ou não uma autorização para se deslocar até Vila Pery para tentar a vida, como disse. Porém, as autorizações de mudança de residência eram exigências da administração colonial e muitas dessas autorizações, ou registros de pessoas que não as tinham, foram encontradas na documentação do Fundo de Tete, existente no Arquivo Histórico de Moçambique. Essas fontes são importantes para analisarmos a dinâmica das povoações e constatar que os deslocamentos no período colonial foram diversos. Ou seja, além dos deslocamentos forçados, como os aldeamentos coloniais, uma série de estratégias para sair, fugir, voltar, partir foram criadas pela população de Tete, como indica um documento de 23 de outubro de 1965, no qual o administrador do Concelho de Macanga solicita ao Concelho de Moatize “autorização para que o autóctone Guizare Joo, da povoação de Mafuta, da regedoria Chiutse, mude sua residência para o chefe de povoação Medeca, do grupo de povoações da regedoria de Chessaia, de Moatize”.⁷ Informa-se ainda que o referido “autóctone” pagou seus impostos e a mudança foi, portanto, autorizada. Esse também é o caso de Rato Mesa, do grupo de povoações Mesa da regedoria Zangaia, que, segundo o administrador do Concelho de Macanga, desejava se mudar junto com sua mulher, Constancia Cherene, para a povoação do regedor Tundumula, em Moatize⁸.

Se esses dois exemplos mostram que as autorizações de mudança de regedoria eram uma praxe da administração colonial, diversos indivíduos se mudavam sem avisar. Uma série de documentos confirma essa assertiva. Em 24 de abril de 1965, foi declarado, pela administração do Concelho de Amaramba, distrito do Niassa, ao Conselho de Moatize, que o autóctone Tarcísio Mepucha tinha sido recenseado em 1959 na povoação de Inácio, grupo de povoações Calingambe, regedoria de Catur, Niassa, porém, desde então, nunca mais se soube do seu paradeiro. O mesmo Tarcísio foi apresentado à uma autoridade tradicional, provavelmente um régulo ou chefe de povoação, para ser inscrito no recenseamento da Circunscrição de Mandimba, em Moatize, embora, segundo o administrador, Tarcísio “não justificou satisfatoriamente onde tem estado a viver nem o

⁷ Administração do Conselho de Moatize – secção B, Curadoria e Negócios Indígenas Trabalho e Acção Social (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete) cx. 37, 1965.

⁸ *Idem*.

que tem feito”⁹. Não se sabe por que Tarcísio saiu do Niassa e foi para Moatize, nem em que condições foi apresentado por uma autoridade tradicional para ser recenseado como alguém do lugar. Mas sabe-se que ele conseguiu se fazer passar, aos olhos das autoridades coloniais, por alguém de lá. Exemplos como esse contam histórias diversas de pessoas que, embora sob a égide de um sistema colonial controlador, inventaram formas de se esquivar, diluir ou se contrapor a um tipo de administração que não lhes contemplava.

Já o projeto de deslocamento do senhor Francisco para fora do Zóbuè teve como objetivo fundamental conseguir dinheiro para formar família e sua trajetória esteve ligada à paróquia de sua vila. Não por acaso, sua atual casa fica ao lado da graciosa igreja amarela, cujas janelas triangulares lembram pequenos olhos que testemunham a história e cuja porta se abre como uma boca que engole o tempo. Com a expulsão dos Padres Brancos, Senhor Francisco continuou trabalhando para os padres jesuítas até que a independência trouxe, segundo ele, “desconfiança com a gente da igreja” que foi fechada em 1979, e reaberta no mesmo ano com a chegada das irmãs da Congregação São José de Goromim. Antes de finalizar nossa conversa e iniciar os preparativos para a missa da noite, senhor Francisco suspirou e acariciou lentamente a capa do livro da igreja, como se aquele objeto fosse seu grande cúmplice e, sem tirar os olhos dele, concluiu: “Sempre estou aqui. Na guerra e depois da guerra ... minha vida é mesmo aqui.”¹⁰

DESLOCAMENTOS DEVIDO AOS ESPÍRITOS NO SONGO

Os jardins floridos, as ruas largas com canteiros de grama aparada e a temperatura amena tornam o ambiente da vila do Songo algo curioso. Localizado no alto de serras como a altiva Mbonga, há apenas duas estradas guarnecidas por cancelas e homens do exército. A vila é setorizada por bairros, como o bairro sul - dos engenheiros, o bairro norte - dos operários e o centro voltado para os serviços, e ficou conhecida como o “Pequeno Portugal”, ao menos até o ano de 2007, quando foi concluído o polêmico processo de reversão da barragem para as mãos moçambicanas. Até a reversão, também chamada de segunda independência, o Songo era visto exclusivamente como moradia dos trabalhadores da Hidrelétrica Cahora Bassa (HCB).

⁹ *Idem.*

¹⁰ Entrevista realizada em 14/11/2014 na paróquia do Zóbuè.

Localizado a cerca de 150 Km da capital Tete, o Songo é um lugar de relevância ímpar para a província e para o país. Antes da Missão de Povoamento do Zambeze começar a atuar, o local era habitado por grupos provenientes da dinastia Songo e por grupos denominados como *Kunhala*, *Chadzala*, *Ghande*, *Sokiri* e *Demas*. Alguns destes tiveram que sair de sua terra de origem, rumo a Kalangatche e Matangalo, para a construção da Vila do Songo (LOPES, 2001).

Através de entrevistas e conversas informais realizadas durante minha estadia no Songo, dois grandes processos de deslocamento foram apresentados pelos moradores, ambos com íntima relação com o megaprojeto da HCB. O primeiro deles refere-se ao alagamento de 500 km de área, realizado em 1969, para transformação da água em energia, através de cinco enormes turbinas. Em 1974, cerca de vinte e cinco mil habitantes foram reordenados em novas aldeias, cuja localização foi determinada sobretudo por critérios militares. Além de deslocar milhares de famílias, o megaprojeto deslocou a própria energia que, através de linhas de alta tensão, percorreu 1800 km até atingir a subestação Apollo, na África do Sul (ISAACMAN, 2005). Ironicamente, a província de Tete continua sofrendo com falta de luz e água, ainda que a quinta maior hidrelétrica africana seja seu cartão postal. A barragem resultou em uma significativa transformação do meio ambiente. Os padrões de secas e cheias aos quais as comunidades ribeirinhas aprenderam a reconhecer se alternaram e, com isso, as formas de interpretação e organização foram igualmente afetadas. Além do deslocamento, das mudanças de relações de trabalho e usos do tempo, pautados sobretudo pela agricultura, as populações deslocadas tiveram que lidar com a guerra de independência e, depois, com a guerra civil que durou 16 anos.

Dona Amélia, quem entrevistei através da rede Salesiana, confirmou que, em ambos os casos, as pessoas deslocadas foram impedidas de voltar à sua região e ao Songo. Lembrando que Cahora Bassa, além de ter sido um empreendimento importante para a imagem de Portugal colonial, significava uma evidente aliança com o sistema do apartheid sul-africano, pois garantiria uma fonte de energia para os países vizinhos em troca de apoio militar.¹¹ O alagamento de 500 km de lago também funcionaria como uma espécie de muralha capaz de impedir que a guerrilha da Frelimo, baseada na Zâmbia e Malaui, chegasse ao centro do país.

¹¹ Nas Nações Unidas, o representante da Frelimo chegou a declarar que “Cahora Bassa era um crime. Era um crime não apenas contra o povo moçambicano, mas também contra todo o povo da região da África Austral e da África como um todo” (Mungói, 2013:10).

Sobre a edificação da barragem, em um primeiro momento, destaca-se o uso do trabalho forçado nas construções de infraestruturas, como a estrada Songo-Maroeira-Tete-Moatize. Este episódio foi lembrado por Dona Amélia através das histórias de sua mãe que, ao ser obrigada a carregar pedras para a estrada durante um ano, viu suas *machambas* minguaem e seus filhos passarem fome. Os trabalhadores recrutados no Songo, Mucumbura, Estima e Chicoa Velha, recebiam, em troca de seis meses de trabalho, apenas uma capulana (tecido), sal, sabão e vinho português. Em um segundo momento, a partir de 1970, os trabalhadores provinham de Cabo Verde (carpinteiros e motoristas), eram recrutados em Portugal, no Zimbábue (condutores de máquinas), África do Sul e moçambicanos de Lourenço Marques. Os últimos eram contratados pois eram falantes do *fanacaló* (língua usada nas minas sul-africanas), acostumados com o trabalho migratório e, sobretudo, com explosivos e dinamites (LOPES, 2001).

No pós-independência, um segundo processo de deslocamento forçado em torno da Barragem Cahora Bassa aponta contornos ainda mais curiosos. Curioso pois, em junho de 1975,¹² foi criada a Sociedade Anônima de Responsabilidade Limitada, denominada Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB), estipulando que a barragem pertencia em 81.60% ao Estado Português e 18.34% ao Estado Moçambicano. Ou seja, mesmo depois da independência, quem continuou comandando Cahora Bassa (e o território do qual ela faz parte) foi o governo português. Tendo isso em vista, o depoimento do Senhor Alone, sobrinho de Dona Amélia e padre da paróquia local, traz um dado pouco explorado nos estudos sobre Cahora Bassa – o grande deslocamento de 1981, no Songo. Embora fosse criança na altura, Alone lembra-se que a primeira explicação dada pelos administradores para retirar as pessoas foi de que a vila era pequena e não havia espaço para que todas as pessoas cultivassem suas machambas. Mas, segundo Alone, a motivação seria outra:

Outra versão ligada a isso é que aqui só deviam viver trabalhadores da HCB, aquele que é trabalhador da HCB, aquele que é trabalhador do Estado. Estado, educação, enfermeiro, polícia. Esses deveriam estar a viver aqui no Songo. Fora disso, todos deveriam sair para facilitar o controle. Foi muita gente mandada embora, os nativos foram tirados, foi compulsivo. Eu vi aquilo ali, eu era pequeno, depois por que nós escapávamos? Pois meu pai também trabalhava na empresa. Ela (tia) tinha o marido, então os meus tios e meus primos ficamos porque nossos pais estavam na empresa, mas o resto da família que não trabalhava... Então vieram caminhões grandes... era chegar uma família, tirar tudo, a família, os bens, os animais, pôr no

¹² Nos termos do Protocolo de Acordo entre o Governo Português e a Frelimo, assinado a 14 de abril do mesmo ano, e do Decreto-Lei 71/75 de 21 de Junho, do Governo de transição de Moçambique, bem como na sequência das autorizações dadas pelo Governo Português, através da Resolução do Conselho de Ministros de 4 de Junho.

carro, destruía a casa e já levava pra lá, para Chitima e para alguns quilômetros depois de Chitima, uma zona chamada Xinianda, Matangulo, nessas zonas onde eram deixadas as pessoas. Não tiraram daqui e botavam na Maroeira, pois diziam que Maroeira (onde havia o Posto de Controle) era perto e podiam voltar¹³

No que se refere as mudanças de localidade empreendidas por Dona Amélia, 68 anos, e sua família nota-se que a temática dos deslocamentos, forçados ou fruto de projetos pessoais, nos ajudam a compreender a complexidade social e cultural existente na região de Tete e em Moçambique de modo mais geral. Dona Amélia nasceu entre as serras que margeiam Mbonga, mais precisamente na localidade de Chipata. Seu pai era *cipaio* (funcionário da administração colonial) e, logo após sua morte, o restante da família decidiu deixar o local, procedimento de praxe assim que um membro importante morre de causas naturais, me explicou Dona Amélia. Mudaram-se para a planície, em uma localidade chamada Catutamágoe, perto do atual monumento ao presidente Armando Guebuza edificado na vila do Songo. Na terra de um novo régulo (autoridade tradicional), tiveram que enfrentar uma sensível situação de conflito, como declarou a Senhora Amélia:

Leões viviam também com as pessoas nessa mesma zona mas não faziam mal às pessoas pois eram considerados animais rituais. E, então, nessa mesma época (quando a família se mudou para lá), morreram três membros da mesma família, os mais velhos. Então as pessoas com aquela situação, com as desgraças, aconselharam o resto da família (de Dona Amélia) a mudar de lugar porque ali era lugar espiritual, lugar onde viviam esses leões e o que estava a acontecer é que achavam que eles estavam contaminados com um espírito mal ou podia ser revolta que aqueles leões não queriam ninguém próximo deles, então deveriam mudar de lugar, foram aconselhados assim (...) Então pegaram o caminho e foram se fixar na serra (Cateta). À noite, quando dormiam, os leões vinham, mas não atacavam as pessoas, não faziam mal, mas, quando apareceram as desgraças, então as pessoas começaram a fazer as suas interpretações¹⁴

Os leões aos quais Dona Amélia se referiu são os chamados espíritos *mphondoro*, que representam pessoas com poder e prestígio em vida e que, mesmo após a morte, continuam exercendo uma autoridade mediúnica, indicando conflitos. Portanto, o fator que implicou nesses dois deslocamentos de Dona Amélia, o abandono da terra de origem e a saída da terra dos leões, pertence à esfera do mágico-religioso, mas também pode ser pensado como uma disputa local, ainda que não tenhamos elementos suficientes para destrinchar essa hipótese. Dona Amélia era filha de um *cipaio* e, depois que seu pai morreu, provavelmente a família perdeu poder político e

¹³ Entrevista realizada em 07/10/2014 na missão do Songo.

¹⁴ Entrevista realizada em 07/10/2014 na missão do Songo.

teve dificuldades de conseguir outro lugar para morar. O leão mágico, próximo ao monumento de Guebuza, seria contrário aos mandos e desmandos do falecido *cipaio*?

Harry West (2009) oferece um panorama dos discursos da feitiçaria, no planalto de Mueda, norte de Moçambique, e a medida como esses “invocam múltiplas lógicas interpretativas no meio de experiências históricas concretas” (WEST, 2009: 44). Neste ínterim, o poder subsequente da *uwavi* (feiticeiro) é entendido como uma série de manobras exequíveis no mundo tangível e intangível, capaz de refazer e desfazer poderes de outrem. A este contrafeitiço ou contramanobra, dá-se o nome de *Kupilikula*. Ou seja, a feitiçaria enquanto uma linguagem social é capaz de traduzir a densidade e ambiguidade de relações existentes em um dado local. É através da linguagem da feitiçaria que muitas pessoas tentam compreender e digerir o mundo e mesmo agir sobre ele. E este elemento, de fundamental importância em Moçambique, é representado de forma constante no romance *As Duas Sombras do Rio* (2003). A obra evoca a relevância existente entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos, o tangível e o intangível, na configuração social local incluindo as experiências dos deslocamentos causados pela guerra. O já referido Leônidas Ntsato, personagem central da obra, ao acordar em uma ilha no meio do rio Zambeze é afligido pelos espíritos da feminina cobra do norte e do masculino leão do sul enquanto pescava na ilha de Cacessemo, território intermediário no meio do Zambeze. Segundo Carmen Secco (2009), o tormento de Ntsato representa a cisão entre as velhas tradições e as novas racionalidades da sociedade moçambicana e, ao revisitar a história através de um universo mágico religioso, a obra opta “por manter abertos os vãos e desvãos de interpretar o que a memória traz do passado e o que a história deixa para ser invenção” (Secco, 2009:128). Vãos e desvãos constituintes na fala do narrador ao admitir que: “não há um só destino, há sempre um destino atrás do outro, todos os dias, sucedendo-se ou correndo como água do rio, e a sucessão de todos os destinos principais e paralelos é a história.” (COELHO, 2003:100).

As duas margens da obra indicam não apenas os dois complexos culturais, mas também a margem que separa o antes e depois da guerra entre Frelimo e Renamo, cujas consequências o autor acompanhou de perto durante a participação no projeto Estudo da Dinâmica de Reassentamento de Deslocados de Guerra na zona de Zumbo/Bawa (Tete). Após a guerra deslocar milhares de pessoas, anteriormente deslocadas por outros projetos de poder como o colonialismo e o socialismo, no romance, somos guiados a questionar a suposta loucura de Leônidas enquanto

uma recusa alegórica em relação a história oficial, que silencia o centro do país por onde corre o turbulento Zambeze:

É afinal tão simples a história deste rio. Tão simples e, todavia, levou séculos a desenrolar-se, pois os deuses gostam de contá-la devagar. Devagar, também, Leónidas Ntsato mergulhou nele, nessa noite, ficando nós sem saber se procurava chegar à Cacessemo para alongar a sua perplexidade nessa fronteira, ou se lhe bastava perder-se nas águas para ganhar a tranquilidade e a indiferença dos afogados. (COELHO, 2003, p. 260)

Importa situar que *As Duas Sombras do Rio* não deixa claro que os deslocamentos de seus personagens foram causados pela ação da Frelimo ou da Renamo. Neste sentido, acreditamos que o fato de não explicitar a causa das armas (GEFFRAY, 1991) ou de nomear os dois lados do conflito é uma estratégia de Borges Coelho no sentido de produzir uma reinterpretação deste importante fato histórico, enfocando as consequências pessoais, muitas vezes ambíguas e contraditórias, que a liberdade criativa ficcional permite e acolhe. Ainda assim, embora tenha sofrido críticas por “não dar nome aos bois” ou seja, contextualizar a violência exercida pela Renamo e pela Frelimo no romance, a obra propõe uma sofisticada reflexão sobre este passado que continua assombrando a política do presente. Ou seja, ao optar por representar a guerra civil como mais um episódio de deslocamento não voluntário na região do Zambeze, o autor dilui o binarismo existente entre as ações coloniais e as ações aplicadas no pós-independência. Assim como as trajetórias de vida do Senhor Francisco e de Dona Amélia foram marcadas por idas e vindas também a passagem do romance, transcrita abaixo, indica que os habitantes de Tete sempre estiveram à procura de uma sombra em possíveis “ilhas” que pudessem sobreviver. Portanto, insisto que a análise sobre os deslocamentos populacionais, seja através da produção de pesquisas acadêmicas quando pela produção artística como a literatura, nos oferece uma versão mais alargada da história, do passado e da memória dos habitantes da região do Zambeze.

De dentro, do Congo e do Alto Zambeze, vinham novos viajantes com o ouro, o marfim e a borracha, gente de costumes diferentes mas bons conversadores e ingênuos como são as pessoas do interior, pois a artimanha se conquista com o contato com os diferentes, e este contato se faz mais facilmente através do mar. Até que ingleses e belgas se ficaram por aquelas paragens de onde eles vinham e os fizeram levar aqueles produtos por outros lugares e nunca mais por aqui passaram. De baixo chegavam as hordas Angunes com rodela pretas na cabeça e uma organização implacável de formigas gigantes que deixavam um rastro de sangue à passagem do seu gado e seus soldados, gente do Sul, austera e militar, muito diferente dos anteriores e que surgiam dando ordens como se muito ali estivesse. Do mar, chegavam as companhias do Geral Castilho, praças amarelas e

infectadas de malária sem saberem o que ali faziam e que acabavam por morrer ou se amantizar com mulheres locais, querendo muito deixar de ser diferentes para aproveitar do que estava disponível aos da terra. Tinham, os seus chefes, o fito de acabar com toda aquela desordem para impor nova desordem e conseguiram-no, como a história acabou por comprovar. E, finalmente, passavam ainda os muzungus do lugar, gente sem escrúpulos nem descanso, em razias permanentes que por serem sujas e malévolas não deixam, à sua maneira, de ser viagens. E o povo daquela terra concluiu que se todos viajavam, chegando e partindo, vendendo e comprando, também ele podia viajar e conhecer novos lugares, vendendo seu trabalho e comprando o que lhe quisessem dar. E toda aquela e outra gente parecia disposta a ajudá-los nessa sua vontade. Espalharam-se recrutadores pelo campo, prometendo tudo a quem quisesse com eles ir, avançando até o dinheiro para a viagem. E partiram gerações atrás de gerações, de tal forma que a partida lhe ficou no sangue e não seria um povo inclinado a ficar na sua terra. (BORGES COELHO, 2003, p.115)

Voltando a trajetória de Dona Amélia, de Catutamágoe, ela e sua família se mudaram novamente para Cateta, outra serra próxima a Chipata localizada no próprio Songo. Enquanto vivia com sua família em Cateta, conheceu seu futuro marido, natural da cidade de Tete e funcionário da Hidrelétrica Cahora Basa. Finalmente, o último deslocamento de Dona Amélia foi quando se casou e se mudou para o bairro dos operários do Songo, onde vive até hoje. Até onde se sabe, os leões mágicos deixaram de circular, quem sabe por que as *mitelas* (feitiço) geradas pela Hidrelétrica sejam fortes o suficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em entrevista realizada por Michel Laban (2009), João Paulo Borges Coelho afirmou que seu primeiro romance, *As Duas Sombras do Rio* (2003), surgiu após reler suas anotações sobre pequenas histórias que foram recolhidas durante pesquisas realizados por ele no pós-guerra civil. Depois de conectar tais histórias, e imaginando que ninguém mais formulasse tais conexões, a ideia de escrever um livro ficcional teria nascido: “não de um plano, mas de diversas pequenas histórias que se começaram a ligar umas às outras. E para as ligar foi preciso assassinar, raptar e fazer desaparecer algumas personagens e, ao mesmo tempo, com uma vara mágica, fazer surgir outras” (LABAN, 2009, p.264-265). Portanto, as representações que constam no romance, como afirmou o próprio autor, têm relação direta com as histórias que o historiador ouviu durante o fazer de seu ofício. Todavia, ele optou por narrar tais experiências através da literatura e não da produção

historiográfica, a qual ele já tinha pleno domínio (GALLO, 2018)¹⁵. Neste caso, embora Borges Coelho faça questão de diferenciar a prática historiográfica da criação literária, muitos de seus críticos percebem a articulação entre ambas, como o antropólogo José Texeira que atribui tal estratégia, a qual endosso, ao fato de que a opção pela ficção: “parcialmente, se deverá ao seu confronto com as barreiras colocadas à investigação historiográfica no país, na relativa clausura dos arquivos por razões de controlo dos mecanismos de legitimação política das elites político-económicas nacionais, matéria que lhe é continuada preocupação, deixando subentender que essas dificuldades lhe dinamiza(ra)m a escrita ficcional”. (Texeira, 2018:7) Em outras palavras, a ficção teria surgido como possibilidade de repensar a história moçambicana sem o peso do compromisso com a verdade historiográfica, ela própria algo irreal.

Nesta direção, Paul Ricoeur (2007) nos fornece elementos ao situar a importância de analisarmos criticamente as operações historiográficas “o saber de si da história” enquanto pretensão de um saber absoluto ou de uma vocação objetiva. Esta autocelebração ou autodesignação seria característica de uma apologia da modernidade (RICOEUR, 2007: 310) e, na contramão desta apologia, o autor explora as limitações internas situadas entre o projeto de verdade e o componente interpretativo da operação historiográfica, afinal: “Trata-se, de muito mais do que engajamento subjetivo do historiador na formação da objetividade histórica: trata-se do jogo de opções que baliza todas as fases da operação, do arquivo à representação historiadora. Assim, a interpretação mostra ter a mesma amplitude que o projeto de verdade” (RICOEUR, 2007: 311). Ou seja, tudo indica que os modelos historiográficos adotados por uma historiografia oficial em Moçambique, ainda pautada em grandes feitos, parece invisibilizar trajetórias como as do Senhor Francisco e Dona Amélia, cujas vidas estão marcadas pelos deslocamentos empreendidos durante a dinâmica experiencia histórica moçambicana. Assim sendo, a obra ficcional *As Duas Sombras do Rio* dialoga diretamente com as experiencias reais dos senhores Amélia e Francisco já

¹⁵ Como já mencionado em outra ocasião Borges Coelho possui uma vasta experiência de pesquisa com Tete. Entre 1983-1985, o historiador participou do Projeto “Tete – a luta armada pela independência”, promovido pelo Arquivo Histórico de Moçambique e que resultou na publicação das obras *A Primeira Frente de Tete* e *o Malawi* (1984) e *Início da Luta Armada em Tete, 1968-1969: A Primeira Fase da Guerra e a Reação Colonial* (1989) e também rendeu a publicação de dois artigos no Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, ambos no ano de 1991: “Entrevista com Celestino de Sousa: A actividade da Frelimo em Tete, 1964-1967”, que indaga a memória do antigo combatente da FRELIMO em Tete, e o artigo “Tete, 1900-1926: O Estabelecimento de uma Reserva de Mão-de-Obra”. Além de sua consistente tese de doutoramento em História Econômica e Social na Universidade de Bradford, Inglaterra, intitulada *Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War*. (Gallo, 2018)

que, como bem pontuou Roberta Franco (2013), trata-se de um romance com personagens marcados pelo deslocamento, fruto de encontros e desencontros que formam a região, como indicam os próprios personagens da obra: Amina, a esposa de Leônidas que viera fugida da sua terra, o administrador Nganga Gomanhundo, que seria alguém “quase dali”, a traficante Mama Mère, que chegara do Congo há muitos anos, ou ainda Dona Flora, uma “mulata de Tete”, e Amoda Xavier, que há muito tempo deixara Tete e atravessara o Zambeze para sul.

Portanto, as narrativas aqui apresentadas - tanto das duas pessoas entrevistadas, Senhora Amélia e Senhor Francisco, quanto dos personagens representados no romance - demonstram que, embora grande parte da população moçambicana tenha sido submetida a políticas de reordenação do espaço onde viviam, suas vidas não foram conduzidas apenas pelos projetos de poder colonial, socialista ou desenvolvimentista. A espiritualidade como no caso de Dona Amélia e as possibilidades oferecidas pelas missões religiosas como no caso do Senhor Francisco, indicam que as dinâmicas de deslocamento na Província de Tete ao longo dos últimos 50 anos são variadas e que as narrativas de gente comum tem muito a contribuir para uma história mais dilatada do que o projeto de verdade oferecido pela história oficial. Além disso, o deslocamento não voluntário, corrobora com a hipótese de que a história de Moçambique, ao menos ao nível institucional das administrações colonial, socialista e atual, persiste em persistir, já que os megaprojetos dão continuidade a um processo de deslocamento forçado na região de Tete. E neste contexto, um romance como *As Duas Sombras do Rio* promove a dilatação da narrativa histórica moçambicana, uma vez que: “O entrelaçamento entre gestos humanos e fatos históricos desenha-se uma epopeia menor proporcionada pela descoberta de sujeitos e espaços emblemáticos, cujas memórias e testemunhos são resgatados — e simultaneamente resgatam — [d]a História” (BRUGIONI, 2012: 392).

REFERÊNCIAS

BA KA KHOSA, Ungulani. **Choriro**. Maputo: Editora Alcance 2009.

BRUGIONI, Elena. Resgatando histórias épicas modernas e pós-colonialidade: uma leitura de *o olho de hertzog*, de João Paulo Borges Coelho. IN: BRUGIONI, Elena; PASSOS, Joana; SARABANDO, Andreia; SILVA, Marie-Manuelle. **Itinerâncias: Percursos e representações na pós-colonialidade / Journeys: Postcolonial Trajectories and Representations**. Braga: Húmus/Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2012.

CABRAL, João de Pina. Crises de fraternidade: literatura e etnicidade no Moçambique pós-colonial. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 229-253, jul./dez. 2005.

CAN, Nazir A. Da filologia da guerra à divisão do “eu” feminino em *As Duas Sombras do Rio*, de João Paulo Borges Coelho. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, v. 23, p. 77-89, 2013

CASAL, Adolfo. Y. **Antropologia e desenvolvimento**: as aldeias comunais de Moçambique. Lisboa: Ministério da Ciência e Tecnologia, 1996.

COELHO, João Paulo Borges. **Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War**. Tese de PhD, Universidade de Bradford. Departamento de Estudos Económicos e Sociais, 1993.

_____. State Resettlement Policies in Post-Colonial Rural Mozambique: The Impact of the Communal Village Programme on Tete Province, 1977-1982. In: **Journal of Southern African Studies**, Vol. 24, No. 1, Special Issue on Mozambique, 1998, pp. 61-91.

_____. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas. **Revista Lusotopie**, 2003.

_____. **As duas Sombras do Rio**. Lisboa: Editora Outras Margens, 2003.

_____. **A ‘Literatura Quantitativa’ e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique** (1976-1992), 2010.
[http://www.ces.uc.pt/estilhacos_do_imperio/comprometidos/media/Mo%C3%A7ambique%20e%20a%20LQ%20pdf%20\(2\).pdf](http://www.ces.uc.pt/estilhacos_do_imperio/comprometidos/media/Mo%C3%A7ambique%20e%20a%20LQ%20pdf%20(2).pdf)

_____. Abrir a fábula: Questões da política do passado em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n° 106, 2015, p. 153-166.

_____. Política e História contemporânea em Moçambique: dez notas epistemológicas. *Revista de História*, n. 178, p.1-19, 2019

CRUZ e SILVA, Teresa. Educação, identidades e consciência política. A Missão suíça no Sul de Moçambique (1930-1975). **Lusotopie** 1998. p. 397-405.

FRANCO, Roberta Guimarães. As duas sombras do rio: a cisão como herança. **Mulemba**, Rio de Janeiro, v.1, nº 8, jan. / jul. 2013, p. 125-140.

GALLO, Fernanda. “Para poder viver como gente”: Reflexões sobre o persistente combate ao modo de vida disperso em Moçambique. **Cantareira**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 16-19, 2016.

_____. **"Andando à procura dessa vida": Dinâmicas de deslocamento na Província de Tete-Moçambique - Do colonialismo tardio a mineradora Vale**, Tese de doutorado em Antropologia Social (UNICAMP), 2017.

_____. A pesquisa em Tete como ponte entre os ofícios de historiador e escritor. **Mulemba**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 18, 2018

GEFFRAY, Christian, **A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea**. Porto: Afrontamento, 1991.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

ISAACMAN, Allen. Displaced People, Displaced Energy, and Displaced Memories: The Case of Cahora Bassa, 1970-2004. **The International Journal of African Historical Studies**. Vol. 38, No. 2, 2005, pp. 201-238.

KOPYTOFF, Igor. The Internal African Frontier: the making of African political culture. In: KOPYTOFF, I. (Ed.). **The African Frontier: The reproduction of African societies**. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 3-86.

LOPES, Paulo. **O recrutamento de mão de obra e a construção da barragem de Cahora Bassa, 1969-1975**. Trabalho de Licenciatura (Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, UEM, 2001.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Editor: Publicações Europa-América, 1997.

PEDRO, Eusébio André. **A Missionação Jesuíta em Moçambique: As Relações com a Sociedade e com o Poder Político em Tete, 1941-2011**. Dissertação em História, Relações Internacionais e Cooperação. Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2013.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François{et. al.}. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. RICOEUR, Paul. 2007

TEXEIRA, José. Comunicação apresentada ao Congresso “Cartógrafo de Memórias: a Poética de João Paulo Borges Coelho”, 13 e 14 de Julho de 2017, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/331074296_O_programa_ficcional_de_Joao_Paulo_Borges_Coelho_uma_geologia_etica_de_Mocambique_1

TEXEIRA, Roberto. Gloriosa família e Choro: sobre os deslimites entre literatura e história. Comunicação apresentada no XI Congresso AIL. Universidade de Cabo Verde, julho de 2014. <http://www.unicv.edu.cv/images/ail/121RibeiroTeixeira.pdf>

SECCO, Carmen Lucia Tindó. O corpo moçambicano cindido: história, mito e ficção em *As Duas Sombras do Rio*, de João Paulo Borges Coelho. **Via Atlântica** nº 16 DEZ/2009

PÉLISSIER, René. **História de Moçambique. Formação e oposição: 1854-1918**. Lisboa: Estampa, v. 1, 2000.

WEST, Harry. **Kupilikula: O poder e o Invisível em Mueda, Moçambique**. Lisboa: Editora Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

WIESER, Doris. “A língua é a própria carne do pensamento”. Entrevista a João Paulo Borges Coelho. **Cadernos de Estudos Africanos**, n.32, pp.145-172, 2016.

ZAMPARONI, Valdemir. **De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique**. 2ª ed. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2007.



Submissão: 17 de maio de 2019

Avaliações concluídas: 24 de outubro de 2019

Aprovação: 24 de outubro de 2019

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

GALLO, Fernanda Bianca Gonçalves. Pensando a história moçambicana: experiências de deslocamento e representações literárias. *Revista Temporis [Ação]* (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. v. 19, n.2, p. 1-23, e-190211, jul./dez., 2019. Disponível em: < <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive> >. Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >